

**MEMORANDO INTERNO Nº 48/2023**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – Nº 17/2022

**Interessado:** ALFALAGOS LTDA - ARP Nº 159/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa ALFALAGOS LTDA, às fls. 3.207/3.219, sobre pedido de cancelamento do item **Nº 332 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 18, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL.**

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 28 de fevereiro de 2023



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

28/02/2023

ASS: Elton Rodriguez

Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico  
OAB/SP 369.076

**De:** Adriana Tiengo <depcontratos@alfalagos.com.br>  
**Enviado em:** segunda-feira, 27 de fevereiro de 2023 09:52  
**Para:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Cc:** juridico@alfalagos.com.br  
**Assunto:** RES: SOLICITAÇÃO CANCELAMENTO ALFALAGOS ALFENAS-MG / MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - PE 17/2022 P 22/2022 CIOP -  
**Anexos:** REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO.pdf; NF BIOSANI 27440 28 11 2022.pdf; NF BIOSANI 25715 01 12 2021.pdf

Prezados, bom dia!

**CIOP - MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 17/2022**  
**PROCESSO 22/2022**

Diante do indeferimento imposto a solicitação de reequilíbrio e, tendo em vista a dificuldade em fornecer o item no valor inicial, encaminho **solicitação de cancelamento** do item 332 -SONDA ASP TRAQ Nº 18 S/VALVULA (CÓD 32614).

Peço a gentileza de analisarem e nos informarem da decisão o quanto antes.

Desde já agradeço e aguardo gentil retorno.

*Atenciosamente,*



**De:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>  
**Enviada em:** sexta-feira, 17 de fevereiro de 2023 10:41  
**Para:** 'Adriana Tiengo' <depcontratos@alfalagos.com.br>  
**Cc:** juridico@alfalagos.com.br  
**Assunto:** RES: SOLICITAÇÃO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO ALFALAGOS ALFENAS-MG / MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - PE 17/2022 P 22/2022

Bom dia!

Segue decisão para conhecimento.

Atenciosamente.

3208  
28



Sabrina S. de Jesus  
Estagiária - Setor de Licitação

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP  
Presidente Prudente-SP  
Tel.: (18) 3223-1116 – Ramal 204

De: Adriana Tiengo <depcontratos@alfalagos.com.br>

Enviada em: segunda-feira, 23 de janeiro de 2023 08:30

Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

Cc: 'Raphael Arantes' <juridico@alfalagos.com.br>

Assunto: SOLICITAÇÃO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO ALFALAGOS ALFENAS-MG / MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - PE 17/2022 P 22/2022

Prezados, boa tarde!

Segue anexo, solicitação de reequilíbrio econômico financeiro relacionado ao

**PREGÃO ELETRÔNICO: 17/2022**

**PROCESSO: 22/2022**

**ITEM(S): 332- SONDA ASP TRAQ N° 18 S/VALVULA (CÓD 32614)**

Pedimos gentilmente que avaliem e nos posicionem em até **07 dias**, otimizando o acordo entre as partes.

**Caso não seja o responsável, gentileza encaminhar aos cuidados do mesmo.**

Gratos por sua compreensão.

Reforço votos de elevada estima e consideração.

Aguardo retorno.

*Atenciosamente,*



**Adriana Tiengo**

Departamento Jurídico

Telefone: (35) 3701-0450 | Ramal: 456

Skype: depcontratos@alfalagos.com.br

Av. Alberto Vieira Romão 1700 | 37135-516 | Alfenas/MG





3209  
88

## À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO 17/2022

PROCESSO 22/2022

**ALFALAGOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/000.1-14, estabelecida na Rua Alberto Vieira Romão, 1700, Distrito Industrial, na Cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, CEP 37135-516, doravante simplesmente denominada Contratada, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, formular o presente **PEDIDO DE CANCELAMENTO DO ITEM ABAIXO:**

- **Nº 332 - SONDA ASP TRAQ Nº 18 S/VALVULA**

Pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

### 1 - DOS FATOS

O Município de Presidente Prudente, visando satisfazer suas necessidades, realizou o processo licitatório em epígrafe, no qual deu origem a ATA 159/2022.

A empresa Alfalagos por sua vez, ao verificar que o objeto do edital enquadrava-se em sua área de atuação, ingressou no processo licitatório, sagrando-se vencedora de alguns itens, os quais lhes foram adjudicados ao final.

Entre os itens adjudicados estão os supracitados, que hoje por fatos alheios a vontade da licitante se encontra com os valores de custo superiores ao licitado para o Ente Público.

Deste modo, a solução vislumbrada inicialmente para atender o interesse de ambas as partes seria o encaminhamento de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro face ao itens que se fizessem necessário.

Porém, o Município vem indeferindo as solicitações com base no seguinte posicionamento "Não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, apenas o reajuste de preço"

#### Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

#### Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br



# ALFALAGOS

3250  
88

Diante disso, viemos por meio deste demonstrar a situação relacionada aos materiais supramencionados, com o intuito de requerer o cancelamento/desistência dos itens.

Pelos fundamentos abaixo expostos.

## **2 - DOS FUNDAMENTOS**

Como amplamente abordado, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro seria realizada com intuito de restabelecer as condições contratuais inicialmente pactuadas entre as partes, pois, o mercado de medicamentos e materiais hospitalares está sendo duramente e inesperadamente impactado com as adversidades desencadeadas pela pandemia do Covid-19, encontrando-se envolto a uma grande turbulência que leva a escassez de matéria prima utilizada produção de fármacos/materiais hospitalares e aumento dos preços a todo o momento, sem que nada possa fazer a licitante para impedir ou amenizar a situação.

**Desta feita, como demonstrado em planilhas inserida no presente requerimento de desistência, os produtos suscitados tiveram um exponencial aumento de preço, os quais sem a concessão do reequilíbrio econômico se torna impossível o cumprimento da obrigação contratual, tendo em vista que foram registrados em Ata a quantidade de 8.367 unidades do item 332.**

- **Nº 332 - SONDA ASP TRAQ Nº 18 S/VALVULA**

Valor de custo atual: R\$ 0,59

Imposto de 12% sobre a circulação da mercadoria (ICMS): R\$ 0,07

Custo operacional de 18%: R\$ 0,11

Valor final de custo do item: R\$ 0,77

Valor registrado em licitação: R\$ 0,71

**Verifica-se que o valor de custo final é aproximadamente 08% superior ao valor registrado, ou seja, a licitante não obteria nenhum lucro com o fornecimento do item e ainda arcaria com um prejuízo, caso seja solicitada toda a quantidade registrada, considerando ainda que não haja outros reajustes de valores junto ao fabricante/fornecedor do material.**

Assim sendo, visando evitar a inadimplência contratual e prejuízo aos integrantes do processo licitatório, bem como ciente das consequências

### **Matriz**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

### **Filial**

CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br



relacionadas à inexecução do contrato, outra alternativa não resta senão a presente solicitação de desistência/cancelamento.

Faz-se necessário uma análise completa do conjunto de leis que regem o processo licitatório e suas modalidades.

Primeiramente, compete discorrer sobre a lei geral de Licitação (Lei 8666/93) no qual aplica-se para todas as modalidades licitatórias, nos trazendo em seu bojo o artigo 43, §6º o qual prevê:

Art. 43. § 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Como podemos verificar, a legislação permite que haja desistência sobre a proposta lançada a determinado item quando demonstrado a ocorrência de fato posterior a fase de habilitação que advenha de justo motivo.

Vejamos que o Decreto 7892/2013 nos traz a possibilidade de cancelamento do registro quando solicitado pelo fornecedor na eminência de fatos supervenientes que decorram de casos fortuitos ou força maior prejudicando o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados e justificados.<sup>1</sup>

Em análise profunda da legislação verifica-se que o registro de preço não necessariamente remete a todo conteúdo da ata registrada com o Licitante e sim sobre o preço praticado em determinados itens do edital. Vejamos:

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

<sup>1</sup>Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

II - a pedido do fornecedor

**Matriz**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

**Filial**

CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br



**ALFALAGOS**

3252  
48

A legislação consubstancia-se cristalina ao nos trazer a possibilidade de haver o cancelamento apenas do preço registrado de determinado item da licitação e não de toda a ata, mantendo cadastro de reserva para caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado do item.

As hipóteses de cancelamento do registro de preço são prevista e contempladas nas entranhas do Decreto 7892/2013, especificamente em seu artigo 21. Vejamos:

**Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:**

I - por razão de interesse público; ou

**II - a pedido do fornecedor.” (grifo nosso)**

Ressalta-se ainda que o Decreto nº 7.892/2013 dispõe acerca da liberação do compromisso assumido pela licitante:

**Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:**

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo único.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Verifica-se, portanto que tanto a lei geral de licitações quanto a específica do registro de preço nos trazem a possibilidade de cancelamento de item após a fase de habilitação, mesmo no decorrer do termo obrigacional.

**Matriz**

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

**Filial**

CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br





3213  
28

Destaca-se que Marçal Justem Filho nos traz alguns posicionamentos com relação ao assunto:

"...No entanto, não é cabível submeter a desistência posterior à fase de habilitação à presença dos requisitos da recomposição de preços. Se estiverem presentes tais requisitos, certamente caberá a desistência. Mas a fórmula legal específica (motivo justo) apresenta intencional amplitude e retrata um juízo de cunho ético. **O motivo será justo na medida em que propiciar uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação, inclusive em hipóteses heterodoxas...**"

"...A aceitação por parte da Administração reflete uma competência discricionária, o que obviamente não equivale a uma manifestação arbitrária e subjetiva. Cabe à Administração ponderar a situação existente para apurar a existência de um motivo justo, tomando em vista não apenas a própria conveniência mas também as circunstâncias que cercaram a atuação do particular..."

"As considerações expostas relativamente ao pregão são extensivas às licitações processadas com inversão de fases..."

Desta forma, a questão deve ser analisada e pautada no **princípio da razoabilidade e da legalidade**, no qual havendo um justo motivo ocorrido após a oferta de preço, é razoável o acolhimento do pedido de desistência somente do preço de determinado item e não de todos, abarcando todas as modalidades licitatórias.

Superada esta fase, importante se faz demonstrar o enquadramento do fato a legislação.

Como verificado, a legislação condiciona o cancelamento do registro a ocorrência de fatos supervenientes que decorra de caso fortuito e força maior, prejudicando o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados e justificados.

Entende-se por caso fortuito ou força maior todo fato/ocorrência imprevisível ou difícil de prever que gere um ou mais efeitos/consequências inevitáveis.

#### Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

#### Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br



Imperioso trazer que recentemente a Advocacia Geral da União emitiu o PARECER nº. 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AG, no qual reconhece e configura a doença COVID-19 por si só como caso de força maior ou caso fortuito para concessão de reequilíbrio econômico financeiro, consubstanciando em álea extraordinária aplicando-se a teoria da imprevisão.

No presente caso, tanto o fato superveniente quanto o caso fortuito e força maior estão tipificados através do agravamento da doença COVID-19, que disseminou uma nova onda da doença nos Pais afetando diretamente os fabricantes de medicamentos e materiais hospitalares e conseqüentemente os distribuidores, como é o caso da licitante.

Quanto à imprevisibilidade, não há como negar que os fatos em tese são imprevisíveis. Quem em sã consciência imaginaria que o mundo seria acometido com uma doença devastadora sem que haja previsão de normalização e que os impactos causados influenciariam na produção e fariam com que houvesse aumento tão grande no custo do item em poucos meses

Denota-se que durante os 25 anos de vida desta empresa, nunca se presenciou situações como a atual, sendo impossível prever seus desdobramentos.

Nobres julgadores, não se trata de um caso específico e isolado, atinge todas as empresas do ramo.

**Impossível mantermos os preços licitados face aos praticado pelo próprio fabricante/fornecedor, caso contrário estaríamos colocando em risco existência da empresa, além de que tal ato viola por parte do Ente Público o princípio do enriquecimento sem causa (locupletamento ilícito), podendo recair a responsabilidade sobre todos os envolvidos que sabendo do desequilíbrio não efetuam o reequilíbrio econômico financeiro ou liberam o licitante do compromisso que lhe causará tamanho déficit.**

**A não aceitação da desistência poderá ocasionar grandes transtornos ao Órgão Público, tendo em vista que em sua competência de gestor solicitará a Licitante os produtos e está encontrará impedida de fornecer, movimentando toda máquina pública, demandando tempo e esforço de ambas as partes, sendo que não haverá outro fim possível.**

A medida se faz necessária, porquanto como a Licitante é mera distribuidora de medicamentos e materiais hospitalares, não os confeccionando ou produzindo, ficando adstrita a disponibilidade de fornecimento dos laboratórios/fabricantes e seus preços praticados.

Infelizmente esta é a realidade vivida pelas distribuidoras de medicamentos e materiais hospitalares na atualidade.

Todos os preços foram devidamente ajustados quando da participação do certame de maneira a ser devidamente projetado, porém, os acontecimentos atuais fugiram do controle de qualquer empresa.

Novamente, não havia como a licitante prever as ocorrências aqui delineadas, sendo duramente afetada, o que pode impedir o cumprimento do avençado, uma vez que literalmente estará pagando pela possibilidade de fornecimento do material supracitado para o Ente Público.

Nesse contexto, demonstrado ficou a necessidade do cancelamento do registro dos itens, enquadrando em todas as tipificações legais que dão margem a solicitação.

A licitante age a todo tempo pautada no princípio da moralidade, pois, dotada de boa-fé, ao verificar a impossibilidade de cumprimento de suas obrigações e que tais fatos ocasionariam transtornos consideráveis aos Órgãos Públicos e sua população, imediatamente comunica a Gestora antes da implantação de pedidos do material, solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro, porém não houve o deferimento desta, momento que não restou opção senão solicitar a desistência a fim de que, querendo, sejam tomadas as medidas necessárias para contratação de outros fornecedores, evitando seu desabastecimento.

Cabe agora ao Órgão Público se pautar também no princípio acima discorrido e verificando os fatos, bem como a dificuldade desta empresa, e acatar o pedido de desistência, não aplicando qualquer penalidade.

Portanto, diante ao indeferimento a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro enviado anteriormente, por entender estar comprovando a necessidade, a contratada requer a Desistência referente aos itens supramencionados, isentando-a da aplicação de qualquer penalidade, bem como a exclusão dos itens da ata de registro de preço/contrato.

### 3 - DAS PLANILHAS DEMONSTRATIVAS

N ITEM	DESCRIÇÃO	NF ANTERIOR	VALOR NF ANTERIOR	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR GANHO
332	SONDA ASP TRAQ Nº 18 S/VALVULA	25715	0,50	0,060	0,101	0,05	0,71

#### Matriz

CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

#### Filial

CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br





3216  
88

NF ATUAL	VALOR NF ATUAL	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR REAJUSTADO
27440	0,59	0,07	0,119	0,05	0,83

#### 4 - DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos expostos, bem como amparado por legislação específica e considerando o ótimo relacionamento entre as partes, requer:

- O recebimento e reconhecimento da presente manifestação;
- O deferimento da solicitação de cancelamento dos registros de preço **do item 339**, uma vez demonstrada a possibilidade e necessidade, excluindo-os de nossa ata de registro de preço/contrato.
- A isenção da aplicação de qualquer penalidade eventualmente existente.

Nestes termos,

Pede e Aguarda Deferimento

Alfenas – MG, 27 de fevereiro.

NATANAEL  
PEREIRA:5026  
9054634

Assinado digitalmente por NATANAEL PEREIRA:502634634  
ID: C=BR, O=EMPRESA, OU=ALFALAGOS  
MENSUAL: 04/01/2013 10:00:00  
Unidade: Alfenas, MG - Certificado: PF AL C=BR  
Assinado: 04/01/2013 10:00:00  
Assinado: 04/01/2013 10:00:00  
Data: 04/01/2013 10:00:00  
Formato: PDF Reader versão: 12.1.0

**ALFALAGOS LTDA**  
CNPJ Nº05.194.502/0001-14

**Matriz**  
CNPJ: 05.194.502/0001-14  
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 -  
Distrito Industrial, Alfenas - MG, 37135-516  
sac@alfalagos.com.br | Tel: (35) 3701-0450

**Filial**  
CNPJ: 05.194.502/0004-67  
Rua XV de Novembro, 1810, lote 6, quadra 2 - Vila  
Industrial XV de Novembro, Nova Odessa - SP, 13.385-100  
sac@alfalagos.com.br

RECEBEMOS DE BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 28/11/2022 VALOR TOTAL: R\$ 4.985,60 DESTINATÁRIO: ALFALAGOS LTDA. - RUA 15 DE NOVEMBRO, 1810 - LOTE 6 QUADRA 2 CONDOMÍNIO INDUSTRIAL 15 DE NOVEMBRO Nova Odessa-SP

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.027.440  
Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA  
AV. THEREZA DE SOUSA CARNEIRO, 1327  
DIST INDUSTRIAL HUGO PARIN - 84990-000  
Arapoti - PR Fone/Fax: 4335574814

DANFE  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.027.440  
Série 001  
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4122 1106 1436 8100 0123 5500 1000 0274 4010 0048 6043

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141220285992286 - 28/11/2022 08:24:15

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de produção do estabelecimento

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9030347851

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

06.143.681/0001-23

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA.

ENDEREÇO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 1810 - LOTE 6 QUADRA 2

MUNICÍPIO

Nova Odessa

CNPJ / CPF

05.194.502/0004-67

DATA DA EMISSÃO

28/11/2022

CEP

13385-100

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

28/11/2022

INSCRIÇÃO ESTADUAL

482081634114

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

07:56:31

FATURA / DUPLICATA

Num. 001  
Venc. 26/12/2022  
Valor R\$ 4.985,60

TÍTULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
4.985,60	598,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.985,60
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598,27	0,00	4.985,60

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

ANTONIO MAOSKI JUNIOR

ENDEREÇO

RUA OTAVIO CLAUDINO DE CAMARGO 188

FRETE POR CONTA

(1) Dest/Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

23.119.509/0001-53

MUNICÍPIO

São José dos Pinhais

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9070246012

QUANTIDADE

ESPECIE

CAIXAS

MARCA

BIOSANI

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

98,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
3560	SONDA ASP.TRAQUEAL 10 LOTE:58689 FAB:09/2022 VAL:09/2025	90183929	000	6101	Pç	800,0000	0,4380	350,40	350,40	42,05		12,00	
3564	SONDA ASP.TRAQUEAL 18 LOTE:55725 FAB:01/2022 VAL:01/2025 400 PCS LOTE:52918 FAB:05/2021 VAL:05/2024 200 PCS LOTE:59191 FAB:10/2022 VAL:10/2025 200 PCS	90183929	000	6101	Pç	800,0000	0,5890	471,20	471,20	56,54		12,00	
6.1.0220-340	EQ.MACRO FLEX/FOTOSSEN/FT/ROLD/L. SLIP/PROT/CAPA. LOTE:57746 FAB:07/2022 VAL:07/2025	90183999	000	6101	Pç	250,0000	1,6200	405,00	405,00	48,60		12,00	
6.4.0220-26	EQ. PARA TRANSF.CÂMARA DUPLA FLEX/ROLD/CONEC. LUER SLIP LOTE:53990 FAB:08/2021 VAL:08/2023	90183999	000	6101	Pç	100,0000	4,1000	410,00	410,00	49,20		12,00	
6.1.0220-340	EQ.MACRO FLEX/FOTOSSEN/FT/ROLD/L. SLIP/PROT/CAPA. LOTE:57746 FAB:07/2022 VAL:07/2025	90183999	000	6101	Pç	500,0000	1,6200	810,00	810,00	97,20		12,00	
3541	SONDA NASO LONGA 12 LOTE:59230 FAB:11/2022 VAL:11/2025	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,6500	260,00	260,00	31,20		12,00	
3503	SONDA URETRAL 10 LOTE:59039 FAB:10/2022 VAL:10/2025 2200 PCS LOTE:59298 FAB:11/2022 VAL:11/2025 1300 PCS LOTE:59056 FAB:10/2022 VAL:10/2025 1800 PCS	90183929	000	6101	Pç	5.300,0000	0,4300	2.279,00	2.279,00	273,48		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Isenção de PIS e COFINS Decreto nº 6.426/2008 art.01º inciso 3 FRETE FOB 28 DDL Local de Coleta do material: Medplast Import. e Exportação de Prod. Hosp. Ltda. - CNPJ: 77.955.615/0001-04 Rodovia João Leopoldo Jacomet N° 4669 Bairro: Vila Irai Cep 83302-000 Piraquara-Pr Valor aproximado dos impostos = R\$ 598,27 (12,00%)

RESERVADO AO FISCO



RECEBEMOS DE BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 01/12/2021 VALOR TOTAL: R\$ 70.375,90 DESTINATÁRIO: ALFALAGOS LTDA - AV ALBERTO VIEIRA ROMÃO, 1700 DISTRITO INDUSTRIAL Alfenas-MG

NF-e

Nº. 000.025.715  
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA  
AV. THEREZA DE SOUSA CARNEIRO, 1327  
DISTRITO INDUSTRIAL HUGO PARIN - 84990-000  
Arapoti - PR Fone/Fax: 4335574814

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

Nº. 000.025.715  
Série 001  
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

4121 1206 1436 8100 0123 5500 1000 0257 1510 0044 3634

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141210266525623 - 01/12/2021 09:56:37

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**Venda de produção do estabelecimento**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9030347851

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

06.143.681/0001-23

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

ALFALAGOS LTDA

ENDEREÇO

AV ALBERTO VIEIRA ROMÃO, 1700

MUNICÍPIO

Alfenas

CNPJ / CPF

05.194.502/0001-14

DATA DA EMISSÃO

01/12/2021

CEP

37135-516

DATA DA SAÍDA ENTRADA

01/12/2021

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

09:23:29

FATURA / DUPLICATA

Num. 001  
Venc. 29/12/2021  
Valor R\$ 70.375,90

CULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
70.375,90	8.445,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.375,90
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.445,11	0,00	70.375,90

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

JORADO TRANSPORTES EIRELI

ENDEREÇO

AVENIDA DOS ALECRINS 900

FRETE POR CONTA

(1) Dest/Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

26.339.044/0001-34

MUNICÍPIO

Pouso Alegre

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5256497940017

QUANTIDADE

ESPECIE

CAIXAS

MARCA

BIOSANI

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

1.716,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
3100	CATETER TIPO OCULOS USO ADULTO 1,50 COMP. LOTE:54676 FAB:11/2021 VAL:11/2024	90183929	000	6101	Pç	15.600,0000	0,6500	10.140,00	10.140,00	1.216,80		12,00	
3602	FRASCO/BOLSA ALIM. ENTERAL NE 100ML LOTE:54014 FAB:07/2021 VAL:07/2026	39269030	000	6101	Pç	600,0000	0,7100	426,00	426,00	51,12		12,00	
3569	SONDA ASP.TRAQUEAL C/VALV 06 LOTE:45699 FAB:11/2019 VAL:11/2022	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,6400	128,00	128,00	15,36		12,00	
3570	SONDA ASP.TRAQUEAL C/VALV 08 LOTE:54733 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	1.200,0000	0,6450	774,00	774,00	92,88		12,00	
3572	SONDA ASP.TRAQUEAL C/VALV 12 LOTE:54735 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	600,0000	0,6550	393,00	393,00	47,16		12,00	
3573	SONDA ASP.TRAQUEAL C/VALV 14 LOTE:54736 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,6600	132,00	132,00	15,84		12,00	
3574	SONDA ASP.TRAQUEAL C/VALV 16 LOTE:54737 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	1.800,0000	0,6770	1.218,60	1.218,60	146,23		12,00	
3560	SONDA ASP.TRAQUEAL 10 LOTE:54368 FAB:08/2021 VAL:08/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,4100	164,00	164,00	19,68		12,00	
3561	SONDA ASP.TRAQUEAL 12 LOTE:53609 FAB:06/2021 VAL:06/2024	90183929	000	6101	Pç	800,0000	0,4200	336,00	336,00	40,32		12,00	
3562	SONDA ASP.TRAQUEAL 14 LOTE:54728 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	1.500,0000	0,4270	640,50	640,50	76,86		12,00	
3563	SONDA ASP.TRAQUEAL 16 LOTE:54729 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	600,0000	0,4600	276,00	276,00	33,12		12,00	
3564	SONDA ASP.TRAQUEAL 18 LOTE:52845 FAB:05/2021 VAL:05/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,5000	200,00	200,00	24,00		12,00	
3565	SONDA ASP.TRAQUEAL 20 LOTE:53529 FAB:06/2021 VAL:06/2024	90183929	000	6101	Pç	100,0000	0,5400	54,00	54,00	6,48		12,00	
3558	SONDA ASP.TRAQUEAL 06 LOTE:54102 FAB:08/2021 VAL:08/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,3900	156,00	156,00	18,72		12,00	
3559	SONDA ASP.TRAQUEAL 08 LOTE:54723 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	800,0000	0,4000	320,00	320,00	38,40		12,00	
3528	SONDA GAST.LEVINE 08 LOTE:54739 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	300,0000	0,5400	162,00	162,00	19,44		12,00	
3531	SONDA GAST.LEVINE 14 LOTE:53237 FAB:06/2021 VAL:06/2024	90183929	000	6101	Pç	100,0000	0,7180	71,80	71,80	8,62		12,00	
3533	SONDA GAST.LEVINE 18 LOTE:54740 FAB:09/2021 VAL:09/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,8800	176,00	176,00	21,12		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Isenção de PIS e COFINS Decreto nº 6.426/2008 art.01º inciso 3 FRETE FOB 28 DDL Valor aproximado dos impostos = R\$ 8445,11 (12,00%)

RESERVADO AO FISCO

<b>IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE</b>  <b>BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA</b> AV. THEREZA DE SOUSA CARNEIRO, 1327 DIST INDUSTRIAL HUGO PARIN - 84990-000 Arapoti - PR Fone/Fax: 4335574814		<b>DANFE</b> Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA <b>Nº. 000.025.715</b> <b>Série 001</b> Folha 2/2		 CHAVE DE ACESSO <b>4121 1206 1436 8100 0123 5500 1000 0257 1510 0044 3634</b> Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO <b>Venda de produção do estabelecimento</b>		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO <b>141210266525623 - 01/12/2021 09:56:37</b>		CNPJ <b>06.143.681/0001-23</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>9030347851</b>		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.			

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS												
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS
3550	SONDA NASO CURTA 08 LOTE:53730 FAB:07/2021 VAL :07/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,4050	162,00	162,00	19,44		12,00
3539	SONDA NASO LONGA 08 LOTE:53462 FAB:06/2021 VAL :06/2024	90183999	000	6101	Pç	300,0000	0,5300	159,00	159,00	19,08		12,00
3540	SONDA NASO LONGA 10 LOTE:54744 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	300,0000	0,5800	174,00	174,00	20,88		12,00
3541	SONDA NASO LONGA 12 LOTE:54745 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,6100	122,00	122,00	14,64		12,00
3543	SONDA NASO LONGA 16 LOTE:53930 FAB:07/2021 VAL :07/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,8000	160,00	160,00	19,20		12,00
3544	SONDA NASO LONGA 18 LOTE:54746 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	1.200,0000	0,8700	1.044,00	1.044,00	125,28		12,00
3545	SONDA NASO LONGA 20 LOTE:54747 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183999	000	6101	Pç	600,0000	0,9600	576,00	576,00	69,12		12,00
3502	SONDA URETRAL 08 LOTE:54754 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	7.000,0000	0,3920	2.744,00	2.744,00	329,28		12,00
3503	SONDA URETRAL 10 LOTE:54755 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	10.300,0000	0,3950	4.068,50	4.068,50	488,22		12,00
3504	SONDA URETRAL 12 LOTE:54804 FAB:09/2021 VAL :09/2024 22800 PCS LOTE:54756 FAB:09/2021 VAL :09/2024 7200 PCS	90183929	000	6101	Pç	30.000,0000	0,3980	11.940,00	11.940,00	1.432,80		12,00
3505	SONDA URETRAL 14 LOTE:54757 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	7.200,0000	0,4200	3.024,00	3.024,00	362,88		12,00
3506	SONDA URETRAL 16 LOTE:54758 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,4600	92,00	92,00	11,04		12,00
3508	SONDA URETRAL 20 LOTE:54759 FAB:09/2021 VAL :09/2024	90183929	000	6101	Pç	750,0000	0,5700	427,50	427,50	51,30		12,00
6.6.0320-11	EQ. P/ ALIMENT. ENTERAL MACRO FLEX/ ROLD/ CONEC. ESC. LOTE :55319 FAB :11/2021 VAL :11/2024	90183999	000	6101	Pç	19.500,0000	0,9000	17.550,00	17.550,00	2.106,00		12,00
6.1.0220-340	EQ.MACRO FLEX/FOTOSSEN/FT/ROLD/L. SLIP/PROT/CAPA. LOTE :5998 FAB :10/2021 VAL :10/2024	90183999	000	6101	Pç	250,0000	1,5800	395,00	395,00	47,40		12,00
6.2.1220-15	EQ. MICRO FLEX/FT/ROLD/INJ. LATERAL/CONEC. LUER SLIP. LOTE :55311 FAB :11/2021 VAL :11/2024 1.000 PCS LOTE :55326 FAB :11/2021 VAL :11/2024 6.750 PCS	90183999	000	6101	Pç	7.750,0000	1,0800	8.370,00	8.370,00	1.004,40		12,00
5.9.8020-83	ADAPTADOR CONECTOR COMBI (M/F) LOTE :54809 FAB :10/2021 VAL :10/2024 6.000 PCS LOTE :55272 FAB :11/2021 VAL :11/2024 6.500 PCS	90183999	000	6101	Pç	12.500,0000	0,2880	3.600,00	3.600,00	432,00		12,00





**PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: ALFALAGOS LTDA**

---

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM Nº 332 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 18, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL**

---

**RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao **item Nº 332 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 18, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa ALFALAGOS LTDA, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 17/2022**, com solicitação juntada aos autos, alegando que seu custo em mercado sofreu aumento imprevisível.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no

---



3249  
88

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

O seu pedido tem como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, a bem da verdade, diferentemente do que alega a licitante, o responsável por promover o presente processo licitatório não é o Município de Presidente Prudente, mas sim o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, pessoa jurídica de direito público interna distinta daquela, sendo considerada uma autarquia interfederativa.

Superada a introdução corretiva, faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano**.

Deste modo há o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, a recomposição dos valores neste registrado somente poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

*[Handwritten signature]*



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Impende salientar, a esse respeito, a inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que, em matéria de Ata de Registro de Preço, a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

Salutar ressaltar que quanto ao Parecer nº 261/2020 exarado pela d. Advocacia Geral da União, citado pela requerente para embasar o seu pedido, verifica-se que este não pode ser utilizado ao caso em tela. Como se pode depreender do texto:

72. O que importa, ao menos no âmbito desta consulta em tese, é reconhecer que o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consistiu claramente num evento da natureza (mutação e rápida disseminação de um vírus com taxa de letalidade relativamente alta), sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos concessionários

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

quando da apresentação de suas propostas nos respectivos leilões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados. Por conseguinte, parece-me muito claro que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2 ) é evento que caracteriza "álea extraordinária", capaz de justificar a aplicação da teoria da imprevisão.

73. Porém, é importante ressaltar que esse reconhecimento em tese não significa necessariamente que os contratos de concessão deverão ser reequilibrados. Primeiro porque é possível que algum contrato tenha estabelecido uma alocação de riscos diferente da divisão tradicional entre riscos ordinários e extraordinários. Segundo, porque é necessário avaliar se a pandemia teve efetivo impacto sobre as receitas ou despesas do concessionário. É possível que, em determinados casos, não tenha ocorrido impacto significativo. Esses elementos deverão ser devidamente examinados para que se possa concluir se um determinado contrato deve ser reequilibrado.

Do mesmo modo que é importante apontar que se trata de uma consulta acerca de contratos de concessão realizados pelo Poder Público sendo esta modalidade diferente em relação ao sistema de registro de preço possuindo dinâmicas que não podem ser aplicadas entre estas.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do reequilíbrio econômico-financeiro da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão as atas de registro de preço conforme decisão suso exposta do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

### "VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do





3252  
88

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

JB12

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).



Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.


#### CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.


Presidente Prudente/SP, 21 de março de 2023



Sérgio Ricardo Stuani  
Diretor Jurídico



Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico



Julio Cesar Gratton Pagnosi  
Assistente Jurídico

**MEMORANDO INTERNO Nº 63/2023**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Executiva

**Assunto:** Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

**Interessado:** ALFALAGOS LTDA – ARP Nº 159/2022

Após solicitação de cancelamento, às fls. 3.207/3.219, sobre o item **Nº 332 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 18, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL**, encaminho o Parecer Jurídico, às fls. 3.248/3.254, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 23 de março de 2023



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos



## DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Assunto:** Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

**Interessado:** ALFALAGOS LTDA – ARP Nº 159/2022

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 332 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 18, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 159/2022, alegando, em síntese, o aumento do preço do fármaco, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.248/3.254, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ALFALAGOS LTDA, CNPJ Nº 05.194.502/0004-67, ARP Nº 159/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 23 de março de 2023



**Maria Heloisa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva - CIOP



### DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 17/2022. Interessada: **ALFALAGOS LTDA** - CNPJ Nº 05.194.502/0004-67, ARP Nº 159/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do **item Nº 332 - Sonda Aspiração Traqueal, Nº 18, Estéril, Atóxica, Descartável**, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 23 de março de 2023.

